

Ata

PLENÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARACATU E URUCUIA.

Ata da 7ª reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de Agosto de 2025. No dia 26 de Agosto de 2025 às 09h00min reuniram-se por videoconferência os seguintes conselheiros titulares e suplentes do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia - **Representantes do Poder Público Estadual:** Patrícia Carvalho Barbosa (IGAM) Titular, Adailson de Oliveira Santos (SES) Titular, Samuel Passos Ribeiro Rodrigues e Silva (DER/MG) Suplente, Wilson Pereira Barbosa Filho (SEMAD) Suplente, Norberto Willians Santos Souza (PMMG) Suplente, Gevair Campos (IMA) Titular, Álvaro de Moura Goulart (EMATER/MG) Titular. **Representantes Poder Público Municipal:** Alexandre Stehling dos Santos (Município de Vazante) Titular, Neurivan Pereira Farias (Município de Formoso) Titular, Sophia Lorena Pinto Vieira (Município de Patos de Minas) Suplente, Francisco Pinto da Silva (Município de Arinos) Titular. **Representantes de Usuários:** Thaís Nascimento Ferreira (IRRIGANOR) Titular, Marcelo Perondi (ABHP) Titular, Régis Machado Couto (Condomínio de Irrigação Rio Paracatu) Titular, Maria Maliko Takahashi Suzuki (Ass. dos Produtores Rurais da Região Mundo Novo) Suplente, Joice Luiza Appelt (Condomínio dos Irrigantes do Entre Ribeiros) Titular, Wandir Monteiro Silveira (Sindicato dos Produtores Rurais de Arinos) Titular, Ediene Luiz Alves (APROSOJA) Suplente, Natália Gonçalves Mendes (Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu) Titular, Marcelo Valadares Noronha Braga (Sindicato Rural de João Pinheiro) Titular, Túlio Pereira de Sá (FIEMG) Titular. **Representantes da Sociedade Civil:** Denis Leocadio Teixeira (UFVJM) Titular, Bruno Peres Oliveira (CREA-MG) Titular, Ariane Mística Rodrigues (ABES) Suplente, José Américo Carniel (AAMA) Titular, André Luiz Mendes Barcelos (ANGÁ) Suplente, Tobias Tiago Pinto Vieira (MOVER) Titular, Gabriela Vinhais Alves (MOVER) Suplente, José Eduardo Trevisan Moraes (ADESP) Titular, Rhaul de Oliveira (Associação do Cresertão) Titular, Adriana de Oliveira Rocha (Ag. Desenv de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia) Suplente. **Convidados:** Jeane Maia (Igam), André Rodrigues (Agência Peixe Vivo), Rúbia Mansur (Agência Peixe Vivo), Guilherme Siqueira (Dossel Ambiental), Eduardo (Dossel Ambiental), Thiago Campos (Eletrobrás). **Assuntos em Pauta: 01) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO CBH S78 - TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA: Tobias Vieira (MOVER)** A reunião teve início com a fala do presidente, que saudou e agradeceu a presença de todos. Tobias explicou que a reunião visa avançar na regularização da agência peixe vivo e permitir o início da aplicação financeira, essencial para a contratação de espaço e montagem da sede da agência. Ele destaca a importância da aprovação do Plano Orçamentário Anual (POA) de custeio, que possibilitará o início das atividades da agência. Além disso, será discutido o projeto financiado pela Eletrobras, que contará com um recurso de R\$ 68 milhões, destinado à recuperação hidroambiental e melhorias na bacia do Urucuia, com possíveis expansões para a bacia do Paracatu. Tobias agradece os participantes, especialmente as equipes da Eletrobras e da agência peixe vivo, e ressalta a importância da parceria. Ele também menciona que o item seguinte será a conferência do quórum e a continuidade com as apresentações. **02) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM – THAIS NASCIMENTO FERREIRA: Thais Nascimento (IRRIGANOR)** realizou a verificação de quórum com confirmação de 26 presentes e 23 conselheiros com direito a voto. Após constatar o quórum necessário, foi dado início à pauta. **03) RELATO, PELO SECRETÁRIO, DOS ASSUNTOS A DELIBERAR - THAIS NASCIMENTO FERREIRA. Tobias Vieira (MOVER)** explicou a todos que após a apresentação da agência peixe vivo será deliberada a DN N° 09, sobre o POA. **04) APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO POA CUSTEIO: PLANO ORÇAMENTÁRIO ANUAL DO CUSTEIO DA APV - RÚBIA MANSUR - AGÊNCIA PEIXE VIVO; Rúbia Mansur (Agência Peixe Vivo)** Rubia, diretora geral da agência peixe vivo, faz uma breve introdução sobre sua apresentação e a transição de gestão após a assinatura do contrato em julho. Ela explica que o POA precisa ser aprovado para que a agência inicie o processo de seleção de pessoal para o comitê, com o objetivo de começar efetivamente a trabalhar a partir de janeiro. Ela detalha a importância da aprovação rápida, já que o processo de seleção pode durar até nove meses. Reforçou que esse POA é para o ano de 2025 e que em 2026 será aprovado novamente. Relata que a previsão de custos não é boa devido a queda na arrecadação. **André Rodrigues (Agência Peixe Vivo)** André, coordenador de administração e finanças da agência peixe vivo, começa a apresentação do POA das bacias do Paracatu e Urucuia. Ele destaca que o POA aprovado este ano será para

o exercício de 2025, com a previsão de receitas e custos detalhados. Ele explica que o POA inclui ações tanto da agência quanto do comitê, mapeando os recursos necessários para cada item, como a manutenção das sedes e serviços administrativos. Explicou a distribuição das receitas e as ações previstas no POA do SF7, como serviços de dados, aluguel de espaço, aquisição de materiais, segurança, transporte e treinamento de pessoal. Ele menciona ainda a previsão de uma reserva financeira de segurança, para garantir o cumprimento das obrigações caso haja variação nas receitas. O total estimado para o custeio é de R\$ 578.000 para os próximos cinco meses, com a arrecadação projetada de R\$ 7.000.000. O orçamento inclui verbas para a estruturação da sede e custos operacionais. André também compartilha a necessidade de aprovar um valor maior para o próximo exercício, considerando a redução da arrecadação. Ele continua a apresentação e discussão do planejamento orçamentário do SF8. O primeiro ponto discutido é a aprovação do orçamento para as ações de 2025. Ele detalha que o orçamento previsto inclui verbas específicas para despesas com manutenção predial, tarifas públicas, tipografia, internet, contratação de serviços, publicidade, e uma reserva técnica de segurança para garantir o fluxo de caixa para o próximo exercício. Essa reserva visa garantir que a agência tenha os recursos necessários para seguir com as atividades mesmo com eventuais dificuldades financeiras no início do próximo ano. O total da previsão de desembolso para 2025 do SF8 é de cerca de R\$ 59.034,90, considerando uma receita estimada de R\$ 70.594,76. Foi lembrado que esses valores são sobre 7,5% do custeio. **Tobias Vieira (MOVER)** faz uma introdução sobre a reunião que aconteceu na CTPL sobre o e questiona sobre o planejamento do POA 2026, perguntando se o impacto da inadimplência foi considerado. **André Rodrigues (Agência Peixe Vivo)** esclarece que a arrecadação do ano de 2024 já está sendo contabilizada e que os valores indicados já levam em consideração a inadimplência, com uma margem de segurança para garantir a continuidade das atividades. A questão da inadimplência é abordada de forma a tranquilizar os presentes, pois os valores já foram repassados e estão em conta. **Marcelo Perondi (ABHP)** levanta uma dúvida importante, se o planejamento orçamentário está sendo baseado na arrecadação de 2024 ou 2025. **André Rodrigues (Agência Peixe Vivo)** esclarece que o planejamento atual está considerando os recursos arrecadados em 2024, mas que a partir de 2026, será necessário um planejamento mais detalhado, levando em conta a inadimplência e as novas previsões de arrecadação. **Rúbia Mansur (Agência Peixe Vivo)** esclareceu que quando o contrato foi assinado, já havia arrecadação de 2023 e 2024. O POA de 2026 já vai levar em consideração a inadimplência de 2025 e 2026, tendo previsão de arrecadação. Na sequência, os presentes discutem a importância de um bom planejamento para garantir o fluxo de recursos, visto que o próximo ano pode ter uma situação diferente com relação à arrecadação. **Tobias Vieira (MOVER)** enfatiza que, para garantir a execução das atividades, é importante que a agência tenha um provisionamento adequado, principalmente para os meses de janeiro a julho de 2025, antes da chegada dos recursos do estado. **Francisco Pinto** questiona sobre a execução dos projetos e os investimentos que serão realizados a partir de 2026. Ele destaca que há uma preocupação sobre o fato de o orçamento atual parecer estar mais focado em custeio da operação e não em investimentos em projetos. A resposta esclarece que, embora o foco agora seja no custeio da máquina da agência, haverá uma oportunidade de discutir o planejamento de projetos no futuro, com reuniões previstas para o próximo mês. O objetivo é criar um planejamento mais detalhado e estratégico para os investimentos de 2026. **Rúbia Mansur (Agência Peixe Vivo)** explica que esse POA é apenas para o custeio da agência, o plano para projetos ainda será aprovado esse ano, o planejamento orçamentário atual visa garantir que a agência não fique sem recursos para honrar seus compromissos. Isso envolve a necessidade de manter um saldo bancário significativo, especialmente no início de 2025, quando o repasse estadual ainda não estará disponível. Além disso, há uma preocupação com o impacto da inadimplência, pois, conforme a arrecadação diminui, o custeio tende a aumentar, tornando difícil manter o equilíbrio financeiro devido o custeio aumentar e a arrecadação diminuir. O trabalho de comunicação também é mencionado, com a ênfase na necessidade de informar aos usuários sobre a importância do pagamento da cobrança para garantir a execução de projetos que beneficiarão a qualidade e quantidade de água nas bacias. A agência e os comitês estão se preparando para lançar campanhas informativas para melhorar a arrecadação. explicou o funcionamento da arrecadação e aplicação dos recursos financeiros dentro da gestão dos comitês de bacia hidrográfica, com ênfase na importância do pagamento e da cobrança para viabilizar projetos que garantam qualidade e quantidade de água para a região, beneficiando tanto o meio ambiente quanto os próprios usuários da água. A partir de agora, haverá recursos específicos destinados à comunicação, e é papel tanto do comitê quanto da agência atuarem de forma mais intensa nesse aspecto nos próximos anos. **Tobias Vieira (MOVER)** relatou como isso funcionará na prática, deu exemplos concretos com números: no caso da bacia do Urucuia, foram arrecadados R\$ 940.000, dos quais a agência pretende gastar cerca de R\$ 70.000. O restante, aproximadamente R\$ 850.000 será mantido em caixa para ações futuras. O mesmo se aplica à bacia do Paracatu, que arrecadou R\$ 7.000.000 e terá uma previsão de gasto de R\$ 578.000, ficando com um

saldo de cerca de R\$ 6.400.000 para os anos seguintes. Esse saldo acumulado será somado ao que for arrecadado no exercício de 2024 (a ser pago em 2025), o que permitirá que, a partir do próximo ciclo orçamentário, o planejamento contemple não só os custos operacionais da agência, mas também a execução de projetos mais amplos previstos no PAP (Plano de Aplicação Plurianual). O PAP incluirá linhas de ação como projetos, monitoramento, participação em eventos e outras despesas do comitê. Neste momento específico, como ainda não há definição sobre a aplicação dos recursos em 2025, o planejamento atual trata apenas do custeio da agência. Mas a expectativa é que, no futuro próximo, o POA passe a ser mais detalhado, integrando as ações previstas no PAP. Inclusive, esse processo já começou a ser discutido em reuniões anteriores, com a apresentação das possíveis linhas de ação pelo coordenador da CTPI do Paranaíba. Um ponto importante destacado é a necessidade de provisionamento financeiro que é uma reserva estratégica para evitar que a agência fique sem recursos entre uma arrecadação e outra. Isso garante segurança para manter os compromissos assumidos, como os contratos com empresas licitadas, e evitar interrupções nos projetos. Por fim, ressalta que ainda será necessário construir documentos como o MOP que vai direcionar a execução das ações com base no plano vigente. Assim, a intenção é que, com planejamento e provisão adequados, os projetos possam ser bem executados nos próximos ciclos, consolidando a atuação integrada da agência e dos comitês de bacia. Sobre o POA, é destacado que, ao longo do processo, o orçamento foi aprovado com foco no custeio da agência, enquanto o planejamento de projetos (PAP) será discutido em uma reunião de diretoria em outubro, com a proposta sendo deliberada em plenária em dezembro. A apresentação também esclarece a diferença entre o POA (Planejamento Orçamentário Anual), que trata do custeio, e o PAP (Plano de Ação Plurianual), que abrange os projetos e investimentos a serem realizados pela agência.

Rúbia Mansur (Agência Peixe Vivo) explica que no mês de outubro vocês vão aprovar o PAP, que é a parte de projetos, e em dezembro e de todos os exercícios, vocês vão aprovar os POAS, que é a parte de planejamento de custeio da entidade. **Tobias Vieira (MOVER)** agradeceu a apresentação e passou ao próximo ponto de pauta. **05) APROVAÇÃO DA DN Nº 09 - DELIBERA SOBRE O POA CUSTEIO: PLANO ORÇAMENTÁRIO ANUAL DO CUSTEIO DA APV NO CBH PARACATU E URUCUIA S78 - TOBIAS VIEIRA;**

Tobias Vieira (MOVER) apresentou a minuta do POA, fez a leitura do documento. O documento foi editado e adequado conforme as exigências da plenária, fica acordado que a sigla do comitê de bacia deverá ser mantida como "CBH Paracatu e Urucuia SF78" para evitar confusões, além de definir que o comitê é responsável pela execução do orçamento da bacia. Colocou a deliberação Nº 09 em votação. Foi aprovada por unanimidade. **Rúbia Mansur (Agência Peixe Vivo)** agradeceu ao comitê pela aprovação. **Tobias Vieira (MOVER)** agradeceu a apresentação da agência.

06) APRESENTAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE RECUPERAÇÃO HIDRO AMBIENTAL NAS SUB - BACIAS DO RIO SÃO MIGUEL, CÓRREGO BEBEDOURO E RIO PIRATINGA - THIAGO CAMPOS - ELETROBRÁS;

Tobias Vieira (MOVER) introduz a apresentação, que trata da implantação dos projetos de recuperação ambiental em sub-bacias hidrográficas. Ele informa que os projetos abrangem as sub-bacias do Rio São Miguel, Córrego Bebedouro e Rio Piratinga, com participação da Eletrobras e da empresa Dossel Ambiental. Tobias menciona que o representante da Eletrobras, Thiago, deve se juntar à reunião em breve para uma introdução geral, mas enquanto isso, a equipe da Dossel pode começar a apresentação. Tobias antecipa algumas informações importantes: o projeto foi contemplado com um orçamento de R\$ 68 milhões, e abrangerá os municípios de Arinos, Formoso, Unaí e Uruana de Minas. As principais ações incluem conservação do solo, controle de processos erosivos e proteção de áreas de preservação permanente com prazo de execução previsto de 47 meses. **Eduardo (Dossel Ambiental)**, inicia a apresentação compartilhando a tela com os participantes. Ele se apresenta como biólogo e responsável comercial da Dossel, e passa a palavra a **Guilherme Siqueira (Dossel Ambiental)**, diretor técnico da empresa. Guilherme faz uma breve introdução institucional sobre a Dossel Ambiental, destacando que a empresa tem 17 anos de experiência em consultoria e prestação de serviços ambientais, com sede em Brasília e atuação em quase todos os estados brasileiros. São mais de 300 projetos realizados e uma equipe multidisciplinar de 104 colaboradores fixos, incluindo especialistas em meio físico, biótico, socioeconômico, arqueologia e geoprocessamento. **Eduardo (Dossel Ambiental)**, retoma a fala e agradece a oportunidade de apresentar um projeto de grande relevância e impacto socioambiental. Ele destaca que a revitalização de bacias hidrográficas é um trabalho que motiva bastante a equipe da Dossel, por seu valor ecológico e social. O objetivo central do projeto é corrigir os impactos negativos do escoamento superficial e dos processos erosivos em micro e sub-bacias. Isso será feito por meio de intervenções que: Controlam processos erosivos, protegem e recuperam nascentes, aumentam a infiltração e retenção de água no solo, protegem matas ciliares, recuperam estradas vicinais. O projeto contempla duas grandes áreas: Região do Alto São Francisco que abrange bacias como o Ribeirão dos Patos e Rio Samurá, nos municípios de Medeiros, São Roque de

Minas, Bambuí, Iguatama, Doresópolis, Piumhi, Pimenta e Pains. Região do Alto Urucuia que foca nas sub-bacias do Rio São Miguel, Córrego Bebedouro e Rio Piratinga, contemplando os municípios já citados (Arinos, Unaí, Formoso e Uruana de Minas). Detalha as cinco etapas principais do projeto, explicando que a execução está em fase inicial, com início das atividades previsto para o ano de 2025, sendo a comunicação com os proprietários rurais: contato direto com os donos das terras onde ocorrerão as intervenções. Esses proprietários já haviam sido avisados há cerca de 3 anos sobre o projeto, mas agora serão atualizados quanto ao cronograma e detalhes técnicos, a revisão dos projetos executivos: as condições das áreas podem ter mudado com o tempo (como o agravamento ou melhora de erosões), então os projetos precisam ser atualizados antes da execução, execução das intervenções: ocorrerá de forma simultânea à revisão dos projetos, entre 2025 e início de 2026, a análise e aprovação da Eletrobras: todas as intervenções executadas serão analisadas e validadas pela Eletrobras, que poderá aprovar ou solicitar ajustes e o encerramento e consolidação: após a execução, as ações serão consolidadas, com previsão de duração total de até 47 meses, embora se trabalhe com a possibilidade de um cronograma mais curto. Eduardo apresenta uma tabela resumo das obras e técnicas que serão utilizadas, divididas entre ações de conservação do solo e recarga de aquíferos. Entre os exemplos citados estão os dissipadores de energia, barraginhas, caixas de contenção, lombadas, valetas, sarjetas, muros de gabião, desassoreamento de nascentes, estabilização de voçorocas, terraços e paliçadas e as técnicas variam entre soluções de engenharia civil e o que se chama de bioengenharia, que são técnicas mais sustentáveis, baseadas na vegetação e recuperação natural dos ambientes. Ele reforça que o objetivo é realizar intervenções eficientes, com foco em resultados duradouros para os ecossistemas e para a sociedade. **Thiago Campos (Eletrobras)**, ao entrar na reunião, fez uma fala institucional. Agradeceu o espaço e ressaltou que o projeto teve início em 2022, com mobilização do então CBH Urucuia, antes da unificação dos comitês. Ele destacou o papel protagonista dos comitês na implementação da política de recursos hídricos e pediu o apoio contínuo dos membros. Explicou que a proposta foi elaborada pela Codevasf, e que, com a desestatização da Eletrobras pela Lei 14.182/21, a empresa passou a aportar recursos em projetos de revitalização, aprovados por um Comitê Gestor Interministerial, conforme o Decreto 10.838/2021. **Eduardo (Dossel Ambiental)**, agradece novamente pela oportunidade e se coloca à disposição para dúvidas, oferecendo seus contatos (e-mail e telefone) no chat da reunião. Tobias sugere que, se possível, Eduardo apresente mapas com os pontos de intervenção nos municípios, o que ele confirma que fará em breve, após abrir os arquivos no sistema (por serem pesados). Também é sugerido que a apresentação seja disponibilizada aos participantes, o que Eduardo se compromete a fazer. **Tobias Vieira (MOVER)** aproveitou para destacar a participação ativa dos conselheiros da região, como Neurivan (Formoso) e Marcelo Perondi, presidente da associação do Alto Piratinga, incentivando a troca de contatos. **Neurivan Pereira (Município de Formoso)**, por sua vez, colocou-se à disposição, informou que já falou com o prefeito de Formoso e ressaltou a importância da preservação da nascente do Rio Piratinga, que está no município. Destacou a relevância das chuvas diferenciadas da região e como isso contribui para alimentar o Rio Urucuia e, por consequência, o São Francisco. **Francisco Pinto (Município de Arinos)**, reforçou a necessidade de envolvimento do município e dos conselheiros para garantir acompanhamento e prevenção de impactos negativos. Também se colocou à disposição, em nome da prefeitura de Arinos. **Eduardo (Dossel Ambiental)**, respondeu que haverá comunicação formal com todos os municípios e reafirmou o compromisso da Dossel com a qualidade da execução e transparência. **Denis Leocadio (UFVJM)** aproveitou a presença de Thiago para perguntar sobre a possibilidade de repasse de recursos da Eletrobras à universidade para projetos de conservação de nascentes. **Thiago Campos (Eletrobras)**, explicou que os recursos são deliberados por um comitê gestor nacional, presidido pela Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, e que as propostas devem ser apresentadas à secretaria do comitê. Comprometeu-se a compartilhar os contatos e links para mais informações. **Tobias Vieira (MOVER)** agradeceu a todos os envolvidos, especialmente à Eletrobras e à Dossel, e reforçou a importância desses projetos para resolver conflitos de uso da água e melhorar a qualidade e a quantidade hídrica da bacia. Informou também sobre outros dois projetos elaborados pela Codevasf para a região de Paracatu que ainda aguardam viabilização financeira, além da intenção de elaborar um novo projeto na bacia do Córrego da Prata, devido à extração de areia que afeta a turbidez do Rio Paracatu. **Neurivan Pereira (Município de Formoso)** fez uma fala final, agradecendo à diretoria do comitê, reiterando seu apoio ao projeto e reforçando a importância de preservar as pequenas nascentes que formam os corpos d'água da região. **Tobias Vieira (MOVER)** sugeriu o compartilhamento de contatos entre os participantes para facilitar a articulação local. **Thiago** reforçou que o projeto da Eletrobras é a continuidade do que foi desenvolvido pela Codevasf e agradeceu novamente ao comitê. **07) ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Nos assuntos gerais, **Tobias Vieira (MOVER)** encaminhou para o próximo ponto da pauta, comunicando a substituição do representante da Polícia Militar

no comitê , tenente Norberto entrou no lugar de Rui, com nomeação oficial em 12 de agosto. Também informou sobre dois projetos em andamento com a Codevasf e a possível criação de outro projeto na bacia do Córrego da Prata. Além disso, anunciou a realização do Encontro Nacional de Comitês (ENCOB) no início de setembro, onde acontecerá também uma reunião do Fórum Mineiro de Comitês. **Thais Nascimento (IRRIGANOR)**, complementou informando que será enviado um convite para o comitê participar de um debate sobre outorgas sazonais durante a Feira Agro Paracatu. **Wilson Pereira (SEMAD)**, conselheiro, perguntou sobre o edital de contratação da agência, mas foi informado por Tobias que os responsáveis pela informação já haviam deixado a reunião e sugerido que ele entrasse em contato direto com a responsável, Rúbia. **08) ENCERRAMENTO:** Ao final, foram feitos agradecimentos a todos os participantes, **Tobias Vieira (MOVER)** encerrou a plenária agradecendo a participação de todos e destacando a importância da atuação colaborativa do comitê. APROVAÇÃO DA ATA.



Documento assinado eletronicamente por **Tobias Tiago Pinto Vieira, Presidente(a)**, em 10/10/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **123019895** e o código CRC **30AE74AC**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000092/2025-43

SEI nº 123019895